

PRÁTICAS CONTÁBEIS APRESENTADAS POR EMPRESAS BRASILEIRAS ANTES E APÓS A ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS

Resumo

Este trabalho objetiva verificar a forma pela qual determinadas práticas contábeis foram adotadas pelas empresas antes e após o processo de harmonização da contabilidade brasileira aos padrões internacionais. O estudo tem caráter exploratório, predominantemente qualitativo, e foi realizado a partir de fontes documentais (demonstrações financeiras anuais completas), referentes aos anos de 2007 e 2010. São abordadas 74 empresas pertencentes a cinco diferentes setores econômicos (telecomunicações, petróleo e gás, mineração, alimentos e energia elétrica), totalizando 144 relatórios contábeis anuais. Os dados foram interpretados através da análise de conteúdo. Os resultados evidenciam expressivas alterações nas formas pelas quais as práticas contábeis foram adotadas pelas empresas dos cinco setores analisados, nos dois anos abordados. Em 2010, há aumento significativo na quantidade dos itens de políticas contábeis apresentadas nas notas explicativas. São identificadas, ainda, diferentes práticas adotadas em relação aos itens: estoques; depreciação; provisão para créditos de liquidação de duvidosa; custo de empréstimo; redução ao valor recuperável (*impairment*); arrendamento mercantil; propriedade para investimento; divulgação da demonstração das origens e aplicações de recursos e da demonstração dos fluxos de caixa; divulgação da demonstração do resultado abrangente; apresentação das despesas na demonstração do resultado; e apresentação da demonstração do valor adicionado.

1 Introdução

Este estudo tem como objetivo verificar a forma pela qual determinadas práticas contábeis foram adotadas pelas empresas antes e após o processo de harmonização da contabilidade brasileira aos padrões internacionais. Aborda, dessa forma, as informações contábeis referentes aos anos de 2007 e 2010 de empresas pertencentes a cinco diferentes setores econômicos, listadas na BM&FBovespa.

O contexto do trabalho é construído a partir das recentes alterações ocorridas na contabilidade financeira brasileira, inseridas no processo de harmonização internacional. Para Antunes, Antunes e Penteadó (2007), a adoção de normas internacionais de contabilidade está associada a benefícios econômicos concretos, na forma de atração de maior volume de investimentos, e o processo de globalização trouxe para primeiro plano a demanda por informações contábeis confiáveis e comparáveis, com a finalidade de suportar a variedade de transações e operações do mercado.

As Leis 11.638/07 e 11.941/09, que alteraram os dispositivos da Lei nº 6.404/76, representam o início formal das mudanças dos padrões contábeis brasileiros para o padrão internacional. O requerimento para a convergência parte não somente dessas leis, mas também dos diversos reguladores que já aprovaram, no todo ou em parte, os atos normativos editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC (COSTA; YAMAMOTO; THEÓPHILO, 2011). O CPC é o órgão que tem como atribuição a elaboração de pronunciamentos técnicos e orientações sobre procedimentos de contabilidade a serem adotados no Brasil.

As empresas brasileiras prepararam as suas primeiras demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as novas exigências regulatórias a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. A adoção do novo modelo possibilita que as empresas adotem

políticas contábeis mais flexíveis, de forma que a contabilidade possa representar mais adequadamente a sua realidade econômica.

A flexibilidade dos padrões contábeis, baseados em princípios, permite que os gestores utilizem a sua discricionariedade na definição dos critérios contábeis que serão adotados, influenciando assim a qualidade da informação financeira divulgada ao usuário externo. A apuração do resultado da empresa depende da avaliação dos ativos, ou seja, da mensuração dos fatos ocorridos. Nesse sentido, Hendriksen e Van Breda (2009) apresentam situações nas quais existem alternativas de contabilização (avaliação de estoques e depreciação, por exemplo), e destaca que a escolha das possíveis alternativas afeta o resultado de forma a aumentá-lo ou diminuí-lo.

As empresas têm o poder de escolha entre diferentes políticas para o tratamento de um mesmo fato contábil, ou entre diferentes formas de apresentação das demonstrações contábeis. Assim, entre os anos de 2007 e 2010, as empresas passam a ter um maior grau de discricionariedade na escolha das práticas de contabilização e evidenciação, ao mesmo tempo em que surgem novas exigências a serem cumpridas de acordo com os pronunciamentos do CPC.

Com base no exposto, esse estudo pretende responder a seguinte questão: De que forma determinadas práticas contábeis foram adotadas pelas empresas antes e após o processo de harmonização da contabilidade brasileira aos padrões internacionais?

Trata-se de um estudo exploratório, que visa a evidenciar de forma geral como determinadas políticas de contabilização e apresentação das demonstrações contábeis são tratadas pelas entidades, em ambos os anos de análise. Evidências deste trabalho podem sinalizar quais as principais políticas praticadas pelas empresas antes e após a adoção das normas internacionais, evidenciando as principais mudanças e lançando base para posteriores aprofundamentos teórico-empíricos.

O estudo abrange empresas pertencentes a cinco diferentes setores econômicos: telecomunicações, petróleo e gás, mineração, alimentos e energia elétrica. Ressalta-se que os setores abordados possuem alta representatividade no cenário nacional. Assim, são analisadas 74 empresas ativas na BM&FBOVESPA, nos anos de 2007 e 2010, totalizando 144 relatórios contábeis anuais.

A abordagem utilizada é predominantemente qualitativa, e os dados são obtidos por meio de fontes documentais, que consistem nas demonstrações contábeis anuais das empresas abordadas. Como tais demonstrações estão disponíveis ao público em geral, através de meio eletrônico, se caracterizam como dados secundários. Para operacionalização do estudo, é utilizada a técnica de análise de conteúdo.

É dado enfoque sobre determinadas práticas contábeis, de expressiva relevância no contexto dos novos padrões contábeis, que são: nível de divulgação de políticas contábeis adotadas; Estoques; Depreciação; Provisão para créditos de liquidação de duvidosa; Custo de empréstimo; Redução ao valor recuperável (*impairment*); Arrendamento Mercantil; Propriedade para investimento; Divulgação da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) e da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); Divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente (DRA); Apresentação das despesas na Demonstração do Resultado (DR); Apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Este estudo está dividido em cinco seções, sendo esta introdução a primeira. Em seguida é apresentado o referencial teórico necessário à realização do estudo, que trata da informação contábil, harmonização internacional das normas, escolhas contábeis e menciona estudos anteriores relacionados ao tema. Na seção seguinte, encontra-se a descrição da

metodologia utilizada. Os resultados e discussões são apresentados na quarta seção. Por fim, encontram-se as considerações finais deste estudo, com sugestões de pesquisas futuras.

2 Referencial teórico

Neste tópico são tratados alguns dos conceitos fundamentais para embasamento teórico e desenvolvimento da pesquisa.

2.1 Informação contábil

Para Iudícibus (2010), a função fundamental da contabilidade é fornecer aos usuários de demonstrações financeiras informações que os ajudarão na tomada de decisões. Um dos principais objetivos da informação contábil, segundo Lopes e Martins (2005), é contribuir para a redução da assimetria informacional existente entre os usuários internos (gestores, por exemplo) e os usuários externos da entidade (acionistas, credores e governo, dentre outros). A contabilidade constitui-se em um importante instrumento para permitir que os diversos usuários possam avaliar a real situação da organização, uma vez que os indivíduos envolvidos nas atividades empresariais não possuem o mesmo nível de informação,

De acordo com Jensen e Meckling (1976), existe o conflito de Agência, fruto do relacionamento agente-principal e de seus divergentes interesses, em que o agente dispõe de informações privilegiadas e suas ações afetam o bem-estar entre as partes. Surge nessa relação o problema de assimetria de informações entre o agente e o principal, que em geral beneficia o primeiro em detrimento do segundo. Sob essa ótica, a divulgação de informações contábeis destaca-se como uma ferramenta para a redução da assimetria informacional.

Assim, a contabilidade destaca-se como a principal linguagem de comunicação dos participantes do mercado, influenciando nas avaliações dos riscos e benefícios associados às suas decisões (NIYAMA; SILVA, 2008). A existência de práticas contábeis distintas, ao mesmo tempo em que permite uma melhor adequação à realidade de cada entidade, tem sido um desafio para a melhor compreensão e comparabilidade das informações de natureza econômico-financeira. O processo de convergência das normas contábeis internacionais objetiva, com isso, facilitar o processo de comunicação entre os diferentes usuários das demonstrações.

2.2 Harmonização internacional das normas contábeis

A partir da década de 60, com o crescimento do mercado de capitais americano, a Contabilidade passou a ser vista sob uma perspectiva baseada na elaboração e divulgação de informações úteis ao processo decisório dos usuários. Desde então, passou a ser avaliada a partir de sua capacidade de fornecer informações que sejam úteis ao processo de decisório dos usuários (ANTUNES, ANTUNES E PENTEADO, 2007). A globalização dos mercados trouxe, ainda, a necessidade da convergência contábil em todo o mundo.

Hussey e Ong (2005) definem convergência contábil como o processo de eliminar diferenças atuais entre as normas nacionais e de prevenir diferenças futuras para alcançar a harmonização contábil, que implica, segundo Wilson apud Belkaoui (2000), uma reconciliação dos diferentes pontos de vista sobre a Contabilidade. Para Haider (2005), os investidores costumam ser atraídos por mercados que eles conhecem e nos quais confiam. Por essa razão, os países que adotam normas contábeis reconhecidas internacionalmente e entendidas por tais investidores passam a ter significativa vantagem sobre os demais países.

A necessidade de uma linguagem contábil universal levou ao surgimento do International Accounting Standards Committee – IASC. Este comitê foi criado em 1973, na época com o objetivo de divulgar e publicar, de forma independente, um novo padrão de normas contábeis internacionais que pudesse ser mundialmente aceito. Em 2001, substituindo o antigo IASC, foi criado o International Accounting Standards Board – IASB, organização sem fins lucrativos que tem como compromisso principal desenvolver um modelo único de normas contábeis internacionais de alta qualidade que requeiram transparência e comparabilidade na elaboração de demonstrações contábeis, e que atendam aos públicos interessados nas demonstrações contábeis (MOURAD, 2010). Essas novas normas são chamadas IFRS - International Financial Reporting Standards, e têm consolidado o objetivo de harmonizar as demonstrações financeiras em numerosos países, sendo internacionalmente acolhidas pela comunidade financeira.

No Brasil foi criado, a partir da Resolução CFC nº 1.055/05, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que tem como objetivo estudar, preparar e emitir pronunciamentos técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e divulgação de informações dessa natureza, levando em conta a convergência da Contabilidade brasileira aos padrões internacionais (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2005).

2.3 Escolhas contábeis

Para Lima et al. (2010), as normas internacionais de contabilidade, como qualquer outro conjunto de padrões contábeis, permitem substancial discricionariedade por parte das empresas, envolvendo julgamentos e tendo como característica que o próprio processo de mensuração é baseado em informações privadas. Tais normas são baseadas em princípios, e valorizam a prevalência da essência econômica sobre a forma legal.

Lima et al. (2010) destacam ainda que as mudanças nos normativos contábeis não devem ser consideradas isoladas de outros elementos da infra-estrutura institucional. A complexidade dos efeitos da regulação torna-se ainda mais crítica pelo fato de as companhias possuírem várias formas de responder à regulação (LIMA ET AL., 2010). Os incentivos subjacentes e as características institucionais das entidades influenciam na maneira como as empresas usam esta discricionariedade.

Existem diversos métodos de mensuração para depreciação, estoques, custos, dentre outros, sendo que cada método gera diferentes resultados, e todos correspondem a práticas aceitáveis (COASE, 1990). Os administradores podem, então escolher entre diversas alternativas válidas com objetivo de apresentarem informações da forma desejada, impactando no desempenho econômico ou na estrutura financeira da empresa.

As escolhas contábeis têm, assim, consequências econômicas, e mudanças nos procedimentos, políticas contábeis e práticas de evidenciação das demonstrações financeiras influenciam na riqueza dos usuários da contabilidade.

2.4 Estudos anteriores

Dentre os estudos referentes às recentes alterações na contabilidade financeira brasileira, pode-se destacar o de Costa, Yamamoto e Theóphilo (2011), que verifica a existência de diferenças entre os pronunciamentos contábeis brasileiros emitidos pelo CPC e as normas internacionais emitidas pelo IASB através das IFRS's no que se refere às demonstrações contábeis consolidadas. Os resultados encontrados apontam que embora tenham sido encontradas diferenças entre os pronunciamentos contábeis brasileiros e as

normas emitidas pelo IASB em relação às demonstrações consolidadas, os autores afirmam que as demonstrações contábeis preparadas em conformidade com os CPC's estão “de acordo com as IFRS's”, porém o inverso não se aplica em razão de restrições de alguns pronunciamentos em relação as IFRS's.

Lima et al. (2010) analisaram cinquenta empresas listadas na BM&FBovespa para verificar se no Brasil os incentivos econômicos estão associados nas empresas ao nível de observância às práticas de convergência contábil. Como resultado os autores afirmam que há uma tendência para que os incentivos econômicos das companhias direcionem o nível de compromisso para com a convergência contábil no Brasil, assim, empresas maiores, mais expostas ao mercado internacional e com maiores necessidades de financiamento têm mais propensão a adotar as novas práticas.

O estudo de Macedo et al. (2011) revelou que são mais relevantes as informações apresentadas pela DFC que pela DOAR, no sentido da variação no preço das ações das empresas pesquisadas conseguirem ser explicadas de forma mais eficaz, e, houve acréscimo de relevância às informações o processo de harmonização aos padrões internacionais.

Tavares et al. (2010) buscam evidenciar se os setores classificados pela Bovespa cumpriram as política preconizadas pelo Pronunciamento CPC 01 referente à operacionalização da perda por *impairment*. Concluem que os setores representantes da economia brasileira não conseguiram atender a requisitos mais básicos estabelecidos pelo Pronunciamento.

Por fim, destaca-se o estudo de Braga et al. (2011) que investiga a existência de mudanças significativas nos indicadores econômico-financeiros de empresas negociadas na Bovespa com demonstrações contábeis publicadas no período de 2007 e reapresentadas em 2009, em relação as novas práticas contábeis adotadas no Brasil por meio da convergência ao padrão internacional. Como resultado, foram encontradas evidências de mudança significativa, com aumento, no índice de endividamento das companhias do estudo, o que não é percebido em outros índices analisados.

3 Metodologia

Este estudo tem caráter exploratório, que de, acordo com Gil (1999) visa proporcionar maior familiaridade com o problema objetivando torná-lo explícito ou construir hipóteses. Neste caso, pretende-se verificar a forma pela qual determinadas práticas contábeis foram adotadas pelas empresas antes e após o processo de harmonização da contabilidade brasileira aos padrões internacionais.

O trabalho é predominantemente qualitativo, e foi realizado a partir de fontes documentais, que consistem nas demonstrações financeiras anuais completas, referentes aos anos de 2007 e 2010, de cada uma das empresas abordadas. Tais demonstrações foram obtidas através do site da Companhia de Valores Mobiliários (CVM).

Foram selecionadas para análise as empresas pertencentes aos cinco setores de maior representatividade econômica (de acordo com o total de ativos), excetuando-se o setor de finanças e seguro. Assim, a pesquisa abrange os setores de petróleo e gás, energia elétrica, telecomunicações, mineração, alimentos e bebidas, que, juntos, representam aproximadamente 58,72% do total de ativos das empresas não financeiras ativas listadas na BM&FBovespa referentes ao ano de 2010. Ressalta-se que a classificação setorial utilizada é a disponibilizada pelo banco de dados Economatica[®]. O estudo se restringiu aos anos de 2007 e 2010, que são equivalentes ao último ano antes da adoção das novas normas contábeis e o

primeiro ano da adoção obrigatória das normas internacionais de contabilidade, respectivamente. Assim, são analisadas 74 empresas ativas na BM&FBOVESPA, nos anos de 2007 e 2010, totalizando 144 relatórios contábeis anuais.

Os dados foram interpretados através da análise de conteúdo, que para Bardin (2007) consiste em obter indicadores quantitativos ou não que permitam inferir conhecimentos das mensagens em relação às condições de produção e recepção, por meio de um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utilizam procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdos de mensagens.

Inicialmente, foram analisadas, nas demonstrações contábeis de todas as empresas, as notas explicativas referentes ao resumo das principais práticas contábeis, verificando, através de contagem, o grau de evidenciação de itens referentes a políticas contábeis. Na sequência, foram definidas categorias de análise, com base nas normas contábeis referentes a cada uma das práticas a serem verificadas no estudo.

As práticas analisadas foram as relativas a: Estoques; Depreciação; Provisão para créditos de liquidação de duvidosa; Custo de empréstimo; Redução ao valor recuperável (*impairment*); Arrendamento Mercantil; Propriedade para investimento; Divulgação da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) e da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); Divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente (DRA); Apresentação das despesas na Demonstração do Resultado (DR); Apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Para cada um dos itens, foram verificadas as categorias apresentadas no próximo tópico do estudo, de forma a identificar as a forma pela qual determinadas práticas contábeis foram adotadas pelas empresas em 2007 e em 2010. A análise do conteúdo das informações gera resultados relevantes, uma vez que se evidencia o comportamento das empresas perante a adoção e divulgação de práticas que se referem à fase de convergência contábil no Brasil, sem, contudo, pretender esgotar o assunto.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos a partir da análise de conteúdo são apresentados a seguir, segregados por subtópicos.

4.1 Divulgação de políticas contábeis

As empresas divulgam, em suas demonstrações contábeis, informações relativas às políticas contábeis que adotam, detalhando ainda as formas de adoção. Inicialmente, observa-se a quantidade de políticas contábeis evidenciados pelas empresas em análise. Na Tabela 1 são apresentados os números de políticas contábeis identificadas na pesquisa, totalizadas por ano e por setor, assim como a variação percentual do período de 2007 para o de 2010.

Tabela 1 – Quantitativo de políticas contábeis identificadas

	2007	2010	Acréscimo
Petróleo e gás	57	122	114,04%
Mineração	76	133	75,00%
Alimentos e bebidas	190	435	128,95%
Telecomunicações	150	273	82,00%
Energia Elétrica	685	1215	77,37%
Total	1158	2178	88,08%

Verifica-se que, com a aplicação das práticas contábeis internacionais, os setores analisados apresentaram aumento no volume de identificação das políticas contábeis nos relatórios anuais, fato que é destacado na coluna acréscimo. O setor de alimento e bebidas foi o que apresentou maior acréscimo de 2007 para 2010; a variação foi de 128,95%, ou seja, o número de políticas contábeis descritas no relatório mais que dobrou.

4.2 Estoques

A avaliação de estoques é realizada por métodos específicos, dentre os quais estão o PEPS (primeiro a entrar, primeiro a sair), UEPS (último a entrar, primeiro a sair), e o custo médio (IUDÍCIBUS, 2010). Para o autor, custo médio e o PEPS são variantes do princípio do custo histórico. De acordo com o CPC 16, quando não é apropriada a identificação específica de custos dos estoques, deve-se utilizar os critérios de valoração do (PEPS) ou o critério do custo médio ponderado (no Brasil, não é permitido o uso do UEPS nas apresentações das demonstrações contábeis). Na Tabela 2 são evidenciados os critérios de avaliação de estoques identificados pelas empresas da amostra no período de 2007 e 2010 resumidos por setor de atuação.

Tabela 2 - Critérios de avaliação de estoque

Setor	Telecomunicações		Alimentos		Petróleo e gás		Mineração		Energia elétrica		TOTAL	
	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010
Custo Médio	8	8	15	13	3	2	3	4	33	30	62	57
PEPS/Custo Médio	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	1	1
Custo Histórico	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	2
Menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável	-	-	1	1	-	1	1	-	-	-	2	2
Não indicou	2	2	-	1	1	-	1	1	5	8	9	12

Visualiza-se que o principal critério de valoração de estoques apresentado pelas empresas é o do Custo Médio. Em 2007, 85,14% das empresas indicaram avaliar os estoques pelo critério do custo médio e em 2010 esta variação passa para 78,38% (redução de 6,76% de um período a outro). Observa-se, ainda, o aumento no número de empresas que não indicaram o método de valoração de estoques nas políticas contábeis, tendo como destaque o setor de Energia Elétrica.

4.3 Depreciação

Conforme destacam Keating e Zimmerman (2000), os métodos de depreciação adotados pelas empresas afetam diretamente as demonstrações financeiras, e as mudanças

nesses métodos e revisões de estimativas são ferramentas para controle de gestão sobre estas despesas ao longo do tempo.

A escolha do método de depreciação deve ser voltada para aquele que melhor reflita o padrão pelo qual se espera consumir os benefícios econômicos do ativo. Tais métodos incluem o método de linha reta, o método dos saldos decrescentes e o método de unidades produzidas (Iudícibus, 2010). Os resultados obtidos com relação ao método de depreciação adotado e critérios de estimativas são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 - Métodos de depreciação adotados e estimativas

Setor	Telecomunicações		Alimentos		Petróleo e gás		Mineração		Energia elétrica		TOTAL	
Ano	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010
<i>Método</i>												
Linear	8	9	16	15	4	4	5	5	38	36	71	69
Outros métodos	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	1	1
Não indica	2	1	-	1	-	-	-	-	-	2	2	4
<i>Indicação das formas de estimativas adotadas</i>												
Estimativa da útil	5	8	16	15	4	4	4	4	4	13	33	44
Influência da regulação	2	-	-	-	1	-	-	-	32	19	35	20
Não indica	3	2	-	1	-	1	1	1	2	6	6	11

Observa-se o predomínio da utilização do método linear (ou de quotas constantes) em todos os setores. Apenas uma empresa, do setor de petróleo e gás, menciona utilizar também o método referente ao volume de produção do período (em relação ao total estimado para o ativo). Em 2007, duas empresas não deixam claro o método que utilizam, e esse número aumenta para quatro em 2010.

Adicionalmente, verifica-se a influência dos órgãos reguladores na determinação das estimativas de depreciação, conforme apresentadas pelas empresas. Nota-se a grande influência da regulação no setor de energia elétrica, em que a maioria das empresas indica estimar as taxas de depreciação com base nas normas da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). Ressalta-se que parcela significativa das empresas (8,11% em 2007 e 14,86% em 2010) não indica claramente a forma de determinação da vida útil de seus ativos depreciáveis. A maioria das empresas, entretanto, destaca os critérios de estimativas que utiliza, que incluem, por exemplo, laudos de avaliação, informações do fabricante e avaliação do histórico de bens semelhantes.

4.4 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Para Carneiro Júnior et al. (2008), a provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada através de estimativas para eventuais perdas na carteira de crédito, advém do descumprimento de obrigações assumidas contratualmente e representa ajuste no valor das operações de crédito. A Tabela 4 apresenta os critérios utilizados pelas empresas em análise para definirem a provisão de créditos de liquidação duvidosa nos períodos do estudo.

Com os dados apresentados, visualiza-se que 62,16% dos critérios para reconhecer provisão em 2007 estão no somatório de estimativa geral e estimativa por tempo de inadimplência. Entretanto, no ano de 2010 estes critérios juntos somaram 56,76% do total das empresas. Esta redução ocorre pois de 2007 para 2010 o critério estimativa geral tem redução de 40,91% nos relatos das empresas.

Tabela 4 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Setor	Telecomunicações		Alimentos		Petróleo e gás		Mineração		Energia elétrica		TOTAL	
	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010
Estimativa geral	2	2	7	7	4	1	2	1	7	2	22	13
Experiência de inadimplência ocorrida	1	-	2	1	-	1	-	3	-	-	3	5
Análise individual por contas	1	-	4	4	-	1	-	-	6	5	11	10
Estimativa por tempo de inadimplência	4	6	-	-	-	-	-	-	20	23	24	29
Estimativa de que não há perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	1	3
Não divulgou	2	2	3	4	1	2	3	1	4	5	13	14

No entanto, observa-se o aumento nos critérios “estimativa por tempo de inadimplência”, em 20,83%, e “experiência de inadimplência ocorrida”, em 66,67%. Verifica-se, ainda, que três empresas em 2010 e uma em 2007 relataram não terem estimativas de ocorrência de perdas em seus créditos e por isso não reconheceram provisão nos períodos. Assim, percebe-se inexistência de homogeneidade nos critérios de reconhecimento de provisão, embora haja concentração maior no setor de energia quanto ao critério de estimativa por tempo de inadimplência, em decorrência de instrução própria do setor.

4.5 Custo de empréstimo

Conforme o CPC 20, os custos de empréstimos são juros e outros custos em que a entidade incorre em conexão com o empréstimo de recursos. Tais custos, sendo diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável, formam parte do custo de tal ativo, sendo que os demais custos de empréstimos devem ser reconhecidos no resultado.

Tabela 5 – Custo de empréstimo

Setor	Telecomunicação		Alimentos		Petróleo e Gás		Mineração		Energia elétrica		TOTAL	
	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010
Não mencionou	10	10	16	8	5	3	5	4	38	18	74	43
Mencionou	-	-	-	8	-	2	-	1	-	20	-	31
Reconheceu	-	-	-	3	-	2	-	1	-	8	-	14

Analisando os resultados apresentados na Tabela 5, verifica-se que no ano de 2007, nenhuma empresa mencionou a prática de atribuição do custo de empréstimo em seus ativos. Já no ano de 2010, aproximadamente 42 % das empresas mencionaram em suas notas explicativas essa prática, sendo que apenas quatorze empresas reconheceram custos de empréstimo em seus ativos.

Nota-se que, nos dois anos investigados, as empresas do setor de telecomunicações não mencionaram a prática de atribuição do custo de empréstimo em seus relatórios, ao contrario do setor de energia elétrica, em que no ano de 2010 aproximadamente 52% das empresas evidenciaram tal prática, sendo que oito empresas também reconheceram.

4.6 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ao adquirir ou produzir um ativo, uma entidade tem a expectativa que o mesmo gere benefícios econômicos futuros, através, por exemplo, de sua venda ou utilização na operação da empresa (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2009). Porém no decorrer do tempo, vários fatores como a evolução tecnológica, ou mudanças na economia podem alterar a expectativa de geração de benefícios.

Com o intuito de amenizar as distorções provenientes das mudanças de estimativas de benefícios futuros desses ativos, contribuindo para a qualidade da informação contábil, o CPC 01 trata da redução ao valor recuperável do ativo, também conhecido como *impairment*, que pode ser entendido como a perda dos benefícios futuros esperados.

Para identificar se houve *impairment*, o pronunciamento orienta a realização de teste de recuperabilidade anualmente ou quando houver evidências de perda. Assim, de acordo com Kieso, Weygandt e Warfield (2004), a perda por *impairment* é o montante pelo qual o valor de cada ativo registrado excede seu valor justo. Na tabela 6, são apresentados os resultados referentes à divulgação de itens relacionados ao *impairment* pela empresas em análise.

Tabela 6 - Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Setor	Telecomunicações		Alimentos		Petróleo e gás		Mineração		Energia elétrica		TOTAL	
	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010
Ano												
Não Realizou Teste	7	2	16	1	3	0	4	1	38	1	68	5
Realizou Teste	3	8	-	15	2	5	1	4	-	37	6	69
<i>Teste de recuperabilidade</i>												
Anual	3	-	-	-	-	-	-	-	-	15	3	15
Quando há Evidências	-	7	-	-	-	-	-	-	-	5	-	12
Anual ou evidências	-	1	-	15	1	5	-	4	-	11	1	36
Não apresentou	-	-	-	-	4	-	-	-	-	6	4	6
<i>Reconhecimento</i>												
Não reconheceu	10	10	16	15	4	1	5	5	38	33	73	64
Reconheceu	-	-	-	1	1	4	-	-	-	5	1	10

Nesse contexto, constata-se que no ano de 2007, somente 8,1% das empresas realizaram o teste de *impairment*, sendo que nesse ano apenas uma empresa reconheceu uma redução do valor recuperável do seu ativo. Já no ano de 2010, 93,2% das empresas realizaram o teste de recuperabilidade, sendo que apenas dez empresas reconheceram perda. Quanto ao período de realização do teste, nesse mesmo ano, aproximadamente 52% evidenciaram que realizam o teste anualmente ou quando há evidências do *impairment*.

Comparando o ano de 2007 com o ano de 2010, nota-se, ainda, que houve um aumento expressivo de empresas de realizaram o teste de *impairment*, consequência da adoção das normas internacionais de contabilidade.

4.7 Arrendamento mercantil

Segundo o CPC 06, o arrendamento mercantil se constitui no direito de uso de um ativo por um período de tempo previsto em acordo. O arrendamento mercantil pode ser

classificado como financeiro ou operacional, sendo o diferencial a existência de transferência de riscos e benefícios de um ativo (o que ocorre no caso do financeiro, mas não se aplica ao operacional). A classificação do arrendamento depende não da forma do contrato, mas da essência da transação. Na Tabela 7 são identificados os itens referentes à apresentação dos arrendamentos mercantis.

Tabela 7 – Arrendamento Mercantil

Setor	Telecomunicações		Alimentos		Petróleo e gás		Mineração		Energia elétrica		TOTAL	
	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010
Financeiro	-	5	-	6	-	1	-	2	3	13	3	27
Operacional	2	1	-	6	-	2	-	2	-	10	2	21
Como Arrendadora	-	1	-	-	-	1	-	-	-	2	-	4

Nota-se, assim, o aumento expressivo nas apresentações de políticas contábeis sobre arrendamentos mercantis do ano de 2007 para 2010. Esse aumento foi verificado em todos os setores, e para todas as formas de arrendamento. Estas informações demonstram que a adoção das normas internacionais apresentou aumento no nível de evidenciação destas políticas nos períodos estudados.

4.8 Propriedade para investimento

Com a adoção das normas internacionais de contabilidade, surge uma nova classificação de ativo chamada de propriedade para investimento, que, de acordo com o CPC 28, é a propriedade (terreno ou edifício e/ou parte de edifício) mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário em arrendamento financeiro) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas.

A partir de 2007 as entidades poderiam optar pela reclassificação de seus ativos imobilizados em propriedade para investimentos ou adquirir ativos com tais características e classificá-los nesta conta. Na Tabela 8, apresenta-se a análise referente ao fato de a empresa apresentar ou não contas específica de propriedade para investimento.

Tabela 8 – Apresentação de conta relativa a propriedades para investimento

Setor	Telecomunicação		Alimentos		Petróleo e gás		Mineração		Energia elétrica		TOTAL	
	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010
Apresenta	10	10	16	16	5	5	5	4	38	35	74	70
Não apresenta	-	-	-	-	-	-	-	1	-	3	-	4

Assim, quando analisadas as empresas que apresentaram contas de propriedade para investimento, verificou-se apenas quatro ocorrências no ano de 2010, sendo uma empresa do setor de mineração e três do setor de energia elétrica.

4.9 Divulgação da DOAR e da DFC

Uma das principais alterações trazidas pela Lei 11.638/07 refere-se à substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). A publicação da DFC não era exigida no Brasil até então, apesar de algumas empresas realizarem a divulgação voluntária da demonstração. Essa substituição (DOAR por

DFC) já era esperada no contexto de convergência das normas brasileiras para as normas internacionais de contabilidade (MACEDO *et al.*, 2011).

Existem duas modalidades para elaboração da DFC: o método direto e o método indireto. A principal diferença é quanto à apresentação das atividades operacionais. A metodologia direta divulga informações mais elaboradas, enquanto a metodologia indireta é mais simples, e, conseqüentemente, requer menos trabalho sua elaboração. Os resultados relativos à divulgação da DOAR e da DFC (método direto ou indireto) são apresentados na Tabela 9.

Tabela 9 – Divulgação da DOAR e da DFC

Setor	Telecomunicações		Alimentos		Petróleo e gás		Mineração		Energia elétrica		TOTAL	
	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010
DOAR	10	-	16	-	5	-	5	-	38	-	74	-
DFC - Método direto	-	1	-	1	-	-	-	5	1	2	1	9
DFC - Método indireto	2	9	6	15	2	5	3	-	31	36	44	65

Observa-se que, em 2007, 60,81% das empresas já divulgavam a DFC, voluntariamente. O maior índice de divulgação voluntária ocorreu no setor de energia elétrica (84,21%), seguido pelo de mineração (60%). Já nesse ano observa-se a maior tendência da divulgação pelo método indireto.

Enquanto em 2007 todas as empresas divulgaram a DOAR, por exigência legal, em 2010 nenhuma das empresas realizou a divulgação voluntária dessa demonstração. O método de divulgação da DFC predominante, em todos os setores, foi o indireto: 87,84% das empresas, contra 12,16% que apresentaram pelo método direto.

4.10 Divulgação da DRA

Na sequência, analisou-se à divulgação refere-se à demonstração de resultados abrangentes. O pronunciamento técnico CPC 26, aprovado pela deliberação CVM nº 595/09 e Resolução CFC nº 1.185/09, determina a adoção desta demonstração. De acordo com Hendriksen e Van Breda (2009), o resultado abrangente é obtido pela variação total do valor do capital, reconhecido pelo registro de transações e pela reavaliação da empresa durante um período determinado, excetuando-se os pagamentos de dividendos e as transações de aumento ou redução de capital, além dos rendimentos de acionistas minoritários e preferenciais.

O CPC 26 determina que essa demonstração deve ser apresentada separadamente da demonstração do resultado. Alternativamente, permite apresentar o resultado abrangente na demonstração de mutações no patrimônio líquido. Os resultados relativos à divulgação da demonstração do resultado abrangente são apresentados na Tabela 10.

Tabela 10 – Divulgação relativa à demonstração do resultado abrangente

Setor	Telecomunicações		Alimentos		Petróleo e gás		Mineração		Energia elétrica		TOTAL	
	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010
Apresenta na DMPL	-	1	-	2	-	1	-	-	-	8	-	12
Apresenta DRA, separada	-	5	-	8	-	3	-	4	-	14	-	34
Afirma não possuir RA	-	2	-	-	-	-	-	-	-	12	-	14
Não menciona	-	2	-	6	-	1	-	1	-	4	-	14

Em 2007, nenhuma das empresas em análise apresentou esse tipo de divulgação. Já em 2010, 45,95% das empresas apresentaram a demonstração dos resultados abrangentes, separadamente das demais; 12,22% incluem essa demonstração na DMPL; já 37,84% das empresas não apresentam a demonstração de seus resultados abrangentes. Dentre as que não divulgam, metade delas (14 empresas) justificam que não possuíam outros resultados abrangentes e por isso não é feita a divulgação, enquanto as demais empresas nada mencionam sobre essa divulgação.

4.11 Apresentação das despesas na DR

De acordo com o Pronunciamento CPC 26, as despesas podem ser apresentadas na demonstração do resultado de duas formas distintas: com base na natureza ou na função. O modelo por função é o mais utilizado pelas empresas norte americanas, enquanto o por natureza é preferido pelas europeias. A escolha entre os métodos é feita pela entidade, sendo influenciada por fatores históricos, setoriais e da natureza da entidade, por exemplo.

No método de natureza, as despesas são agregadas na demonstração do resultado de acordo com a sua natureza, como, por exemplo, despesas com pessoal, despesas com matérias primas, depreciação e amortização. Já no método de função, as despesas devem ser apresentadas por função, por exemplo, custo do produto, despesas administrativas, despesas de vendas. Neste último, de acordo com o CPC 26, a entidade divulga no mínimo o custo dos produtos e serviços vendidos separadamente das outras despesas. Os resultados relativos à apresentação de despesas por função ou por natureza são apresentados na Tabela 11.

Tabela 11- Apresentação das despesas na DR

Setor	Telecomu- nicações		Alimentos		Petróleo e gás		Mineração		Energia elétrica		TOTAL	
	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010
<i>Ano</i>												
Por função	10	9	16	16	5	4	5	5	35	35	71	69
Por natureza	-	1	-	-	-	1	-	-	3	3	3	5

Observa-se, assim, o grande predomínio de divulgação das despesas por função (95,95% em 2007 e 93,24% em 2010). Nos setores de alimentos e mineração, todas as empresas adotaram essa prática, tanto em 2007 quanto em 2010. Esse método pode proporcionar informação mais relevante aos usuários do que a classificação de gastos por natureza, mas ressalta-se que a alocação de despesas às funções pode exigir considerável julgamento.

Destaca-se, também, que houve um pequeno acréscimo na divulgação de despesas por natureza, antes apresentada por 3 empresas (2007) e por 5 empresas em 2010.

4.12 Apresentação da DVA

A Lei 11.638/07 gerou a obrigatoriedade de divulgação da demonstração do valor adicionado (DVA) para as empresas abertas, necessidade esta reforçada pelo Pronunciamento CPC 09. De acordo com Santos, Chan e Silva (2007), essa demonstração destaca-se por fornecer informações referentes à geração e distribuição de riquezas pela empresa, além de representar um importante papel para o ambiente macroeconômico. Fornece, dentre outras, informações, tanto para análises de investimentos como para concessões de subsídios governamentais. Além disso, pode ser um instrumento importante para a identificação de

questões relacionadas à distribuição de renda. Observou-se, se as empresas divulgaram ou não tal demonstração, sendo os resultados apresentados na Tabela 12.

Tabela 12 – Apresentação da DVA

Setor	Telecomu- nicações		Alimentos		Petróleo e gás		Mineração		Energia elétrica		TOTAL	
	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010
Apresenta	2	10	1	16	2	5	1	5	29	38	35	74
Não apresenta	8	-	15	-	3	-	4	-	9	-	39	-

Assim, observa-se que 47,30% das empresas já apresentavam voluntariamente a DVA em 2007, com destaque para o setor de energia elétrica, em que 76,32% das empresas fizeram tal divulgação. Com as novas normas contábeis, todas as empresas em análise divulgaram essa demonstração em 2010.

5 Considerações finais

A partir das análises efetuadas, é possível verificar expressivas alterações nas formas pelas quais as práticas contábeis foram adotadas pelas empresas dos cinco setores analisados, nos dois anos abordados.

Em 2010, houve aumento significativo no quantitativo dos itens de políticas contábeis apresentadas nas notas explicativas (em relação a 2007). Assim, observa-se maior evidenciação de informações que auxiliem os usuários a compreender a forma de preparação das informações publicadas.

Observando a forma pela qual as práticas selecionadas foram adotadas pelas empresas, verificou-se, dentre outros pontos, que em relação a arrendamento mercantil, redução ao valor recuperável (*impairment*), propriedade para investimento e custo de empréstimo houve substancial aumento na apresentação de informações do ano de 2007 para 2010.

O critério de custo médio é o mais utilizado, em ambos os períodos, para a valoração dos estoques, da mesma forma que predomina o método linear de depreciação. Além disso, não há homogeneidade nos critérios de constituição da provisão para créditos de liquidação de duvidosa. Com relação à divulgação de demonstrações, destaca-se o predomínio da DFC pelo método indireto e a inclusão da DRA trazida pelas novas normas. A DVA já era divulgada voluntariamente por grande parte das empresas em 2007, e em 2010 foi divulgada por todas elas. Nota-se, também, que as despesas são apresentadas por função na demonstração do resultado, na quase totalidade das empresas.

Ressalta-se, como limitações do estudo, que os resultados encontrados se restringem às empresas analisadas, não permitindo generalizações. Além disso, a metodologia utilizada para análise das informações pode sofrer influência da percepção dos autores.

Para trabalhos posteriores, sugere-se o aprofundamento de estudos referentes às políticas contábeis aqui abordadas, inclusive efetuando comparação a períodos subsequentes ao do primeiro ano de obrigatoriedade da adoção das normas contábeis internacionais. Sugere-se, ainda, a abordagem de outras políticas contábeis divulgadas pelas empresas.

Por fim, espera-se que as evidências encontradas nesta pesquisa contribuam para aumentar o conhecimento sobre a divulgação das informações no Brasil, especialmente no contexto de adoção das normas internacionais de contabilidade.

Referências

- ANTUNES, J.; ANTUNES, G. M. B.; PENTEADO, I. M. A convergência contábil brasileira e a adoção das normas internacionais de contabilidade: o IFRS 1. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO FEA-USP, 10, 2007, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2007. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/10semead/sistema/resultado/trabalhos/PDF/30.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2011.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2007.
- BRAGA, J. P.; ARAUJO, M. B. V. de; MACEDO, M. A. da S.; CORRAR, L. J. Análise do impacto das mudanças nas normas contábeis brasileiras: um estudo comparativo dos indicadores econômico-financeiros de companhias brasileiras para o ano de 2007. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 105-128, 2011.
- CARNEIRO JÚNIOR, J. B. A.; WATANABE, S. H. E.; MARQUES, J. A. V. da C.; KUBRUSLY, L. S. Provisões para operações de crédito das instituições financeiras no Brasil: um estudo dos efeitos contábeis das alterações normativas do Conselho Monetário Nacional, no período de 1995-2005. In: 8º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2008.
- COASE, R. H. Accounting and the theory of the firm. *Journal of Accounting and Economics*, v. 12, p. 3-13, 1990.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. Resolução Nº 1055/05. Brasília, CFC, 2005. Disponível em: <http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1055.htm>. Acesso em 28 dez. 2011.
- COSTA, J. A.; YAMAMOTO, M. M.; THEÓPHILO, C. R. A Aderência dos Pronunciamentos Contábeis do CPC às Normas Internacionais de Contabilidade. In: 11º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e 8º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2011.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. *Teoria da Contabilidade*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- IUDÍCIBUS, S. *Teoria da contabilidade*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, v. 3, n. 4, 1976.
- KEATING, A. S.; ZIMMERMAN, J. L. Depreciation-policy changes: tax. earnings management, and investment opportunity incentives. *Journal of Accounting & Economics*, v. 28, p. 359-389, 2000.
- KIESO, D. E.; WEYGANDT, J. J.; WARFIELD, T. D. *Intermediate Accounting*. Wiley International Edition, 10. ed. USA: John Wiley & Sons Inc., 2001.
- KOU, W.; HUSSAIN, S. Predictive gains to segmental disclosure matrices, geographic information and industry sector comparability. *The British Accounting Review*, v.39, p. 183-195, 2007.
- LIMA, V. S. de; LIMA, G. A. S. de; LIMA, I. S. de; CARVALHO, L. N. G. de. Determinantes da Convergência aos Padrões Internacionais de Contabilidade no Brasil. In: IV Congresso ANPCONT, 2010, Natal. *Anais...* Natal: ANPCONT, 2010

MACEDO, M. A. da S.; MACHADO, M. A. V.; MURCIA; F. D. R.; MACHADO, M. R. Análise do impacto da substituição da DOAR pela DFC: um estudo sob a perspectiva do value-relevance. *Revista Contabilidade e Finanças*, São Paulo, v. 22, n. 57, 2011 .

MOURAD, N. A. *IFRS 8: Segmentos operacionais*. São Paulo: Atlas, 2009.

NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, A. dos; CHAN, B. L.; SILVA, F. L. da. Análise dos impactos da privatização na distribuição de riqueza a partir da demonstração do valor adicionado. *Universo Contábil*, v.3, n.2, p.6-21, 2007.

TAVARES, M. F. N.; RIBEIRO FILHO, J. F.; LOPES, J. G.; VASCONCELOS, M. T. C. Um Estudo sobre o Nível de Conformidade dos Setores Classificados pela Bovespa com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. In: IV Congresso ANPCONT, 2010, Natal. *Anais...* Natal: ANPCONT, 2010.